

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Seinfra, criada para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Ela foi criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado, transformando todos os pedágios em comunitários e, com isso, garantindo a queda dos valores das tarifas. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. A partir do processo de diálogo com a sociedade sobre o modelo de gerenciamento das estradas, a EGR recebeu contribuições de diversos segmentos, inclusive do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), através de sua câmara temática, com sugestões destinadas a garantir estradas de qualidade, mobilidade social e escoamento da produção. Ao longo do ano de 2013, ano de encerramento dos contratos de concessão, as rodovias federais pedagiadas passaram a ter sua administração sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, e as rodovias estaduais passaram a ser, gradativamente, gerenciadas pela EGR, à exceção da praça de pedágio de Farroupilha, que foi extinta. O novo modelo consolidado tem como diferencial a redução do valor das tarifas, a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta prévia às comunidades para definição das prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as estradas, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. Conforme o balanço de 2014, foram dispendidos R\$ 122.429.417,83 na manutenção e conservação das rodovias e R\$

3.860.160,51 em obras novas. Apresentamos uma síntese de realizações do exercício de 2014:

- Assinatura de contrato para duplicação de trecho de quatro quilômetros da RSC-287 na travessia urbana de Santa Cruz do Sul, com construção de viaduto. Obras com custo previsto de R\$ 22 milhões.
- Abertura de licitação para duplicar 6,8 quilômetros da ERS-135, entre Passo Fundo e Erechim, com custos estimados de até R\$ 25 milhões. Na mesma rodovia, obra de construção de acesso à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), já realizada.
- Recuperação e restauro das rodovias ERS-135, ERS-239, ERS-240, ERS-122, ERS-040, ERS-235, ERS-115, ERS-129, ERS-130, ERS-324, RSC-453 e RSC-287, totalizando 415 quilômetros de melhorias, com investimentos de aproximadamente R\$ 105 milhões.
- Restauração em andamento da ponte sobre o Rio Caí na ERS-122, com investimento de R\$ 3,4 milhão.
- Construção já concluída de duas novas faixas na ERS-040 em Viamão, com extensão de 18 quilômetros.
- Construções concluída de interseção de acesso à Westfália (na RSC-453) e em andamento a interseção de Novo Cabrais (RSC-287), totalizando investimentos de R\$ 1,4 milhão.
- Abertura de licitação para compra de 31 veículos do tipo furgão para posterior transformação em ambulâncias de resgate, com a compra de equipamentos.
- Construção em andamento de ciclovia na RSC-239 em Rolante, com uma extensão de 3,7 quilômetros e investimento de R\$ 1,8 milhão.
- Conclusão de construção de passarela em Parobé, na ERS-239, com investimentos de R\$ 865 mil.

- Ampliação em andamento do pedágio de Venâncio Aires, aumentando o número de pistas para seis, com investimentos de R\$ 200 mil.
- Ampliação concluída da RSC-453 na saída de Estrela em direção a Teutônia, com gastos de R\$ 260 mil.
- Manutenção rodoviária de rotina, incluindo roçada, capina, corte e poda de árvores, instalação de placas, operações de tapa-buraco e recuperação de guard-rail, totalizando pouco mais de R\$ 12,4 milhões (valor anual).
- Contratos em andamento para fornecimento permanente de sinalização horizontal no valor de 3,05 milhões.
- Assinatura de convênios com os bombeiros voluntários de diversos municípios do Estado, como Candelária, Antônio Prado, Bom Princípio, Garibaldi, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, São Sebastião do Caí, São Vendelino e Teutônia, pelos quais cada corporação recebe um repasse anual de R\$ 1,8 milhão.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Bertotto
Diretor - Presidente
CPF nº 366.945.920/00

Leticia Novello Cezarotto
Diretora Adm. e Financeira
CPF nº 006.622.680/59

Manuel João Souza de Freitas
Diretor Técnico
CPF nº 122.542.400/30

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013		Nota	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO		80.200.830,21	59.022.113,86	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.200.830,21	59.022.113,86
ATIVO CIRCULANTE		73.033.416,52	58.294.745,64	PASSIVO		35.780.490,35	28.690.620,54
DISPONIBILIDADES		54.070.672,96	43.573.466,20	PASSIVO CIRCULANTE		35.780.490,35	28.690.620,54
Bancos C/Corrente		1.477.213,65	1.072.141,96	Fornecedores		17.191.688,61	4.141.590,09
SIAC		52.593.459,31	42.501.324,24	Obrigações Trabalhistas		722.350,47	380.191,77
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		18.581.307,21	14.530.142,69	Tributos Contribuições Federais		2.819.638,91	17.613.658,81
Arrecadação das Praças		9.832.515,30	5.310.141,35	Tributos Municipais	4	12.111.677,73	3.524.454,87
Valores a Receber		30,00	-	Outras Contas a Pagar		2.322.309,90	2.471.179,66
Depósitos Judiciais	9	3.804.481,57	-	Adiantamento de clientes		172.360,30	-
Adiantamento a Empregados		1.340,86	2.351,19	Obrigações Cíveis	8	122.035,90	-
Impostos a Recuperar		4.942.939,48	9.217.650,15	Provisão p/ Penalidades Contratuais		318.428,53	559.545,34
ESTOQUES		341.905,77	135.748,80			-	-
Material de Expediente		34.157,13	9.292,80	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	44.420.339,86	30.331.493,32
Material Rodovias		307.748,64	126.456,00	CAPITAL SOCIAL		30.500.000,00	500.000,00
DESPESAS ANTECIPADAS		39.530,58	55.387,95	Capital Subscrito		31.000.000,00	31.000.000,00
Despesas Antecipadas		39.530,58	55.387,95	Capital a Integralizar	5.1	(500.000,00)	(30.500.000,00)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.167.413,69	727.368,22	RESERVA DE LUCROS		13.920.339,86	29.831.493,32
IMOBILIZADO	2.5/10	3.256.124,69	684.740,55	Reserva Legal		1.504.737,53	1.504.737,53
Imobilizado		3.351.500,44	696.397,59	Reserva Retenção Lucros		12.415.602,33	28.326.755,79
Depreciação Acumulada		(95.375,75)	(11.657,04)	PREJUÍZOS/ LUCROS ACUMULADOS		-	-
INTANGÍVEL		3.911.289,00	42.627,67	Prejuízos Acumulados		-	-
Intangível		3.949.164,85	45.104,00			-	-
Amortização Acumulada		(37.875,85)	(2.476,33)			-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2014

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2012	500.000,00	-	-	(262.832,58)	237.167,42
Ajuste exercício anterior				(424,79)	(424,79)
Lucro líquido exercício				30.094.750,69	30.094.750,69
Destinação:					
Reserva Legal		1.504.737,53		(1.504.737,53)	0,00
Reserva Retenção Lucros			28.326.755,79	(28.326.755,79)	0,00
Saldo em 31.12.2013	500.000,00	1.504.737,53	28.326.755,79	0,00	30.331.493,32
Integralização	30.000.000,00			(15.911.153,46)	(15.911.153,46)
Lucro líquido exercício					
Destinação:					
Reserva Legal					
Reserva Retenção Lucros			(15.911.153,46)	15.911.153,46	
Reversão de reservas					
Saldo em 31.12.2014	30.500.000,00	1.504.737,53	12.415.602,33	0,00	44.420.339,86

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR - é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEINFRA - e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **Receita de pedágio** - As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras - Os rendimentos referente às aplicações financeiras (SIAC) são registrados mensalmente como receita financeira.

2.3 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

2.4 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

2.5 Imobilizado

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	105.849,08	29.570,00	-	13.916,37	121.502,71
Máquinas	8.329,72	1.598,00	-	1.023,08	8.904,64
Equipamentos	3.896,71	3.178.846,71	-	66.207,90	3.116.535,52
Computadores e periféricos	1.380,58	-	-	372,60	1.007,98
Impressoras	10.372,60	-	-	2.198,76	8.173,84
Software	42.627,67	43.900,34	-	10.872,43	75.655,58
Imóveis	-	865.662,03	-	24.527,09	841.134,94
Obras em andamento	554.911,86	3.305.248,65	865.662,03	-	2.994.498,48
Total	727.368,22	7.424.825,73	865.662,03	119.118,23	7.167.413,69

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

2.6 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.

3. Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por empresa especializada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2014		
Fluxo de Caixa Operacional	2014	2013
Lucro Líquido	(15.911.153,46)	30.094.750,69
Despesas com Depreciação	83.718,71	11.657,04
Despesas com Amortização	35.399,52	2.476,33
Ajustes Exercícios Anteriores		(424,79)
Aumento/Diminuição do Ativo		
Arrecadação das praças	(4.522.373,95)	(5.310.141,35)
Adiantamentos	1.010,33	(2.351,19)
Valores a receber	(30,00)	-
Depósitos Judiciais	(3.804.481,57)	-
Estoques	(206.156,97)	(135.748,80)
Despesas antecipadas	15.857,37	(55.387,95)
Aumento/Diminuição do Passivo		
Obrigações trabalhistas	342.158,70	326.597,29
Fornecedores	13.050.098,52	4.141.590,09
Obrigações Fiscais	(6.206.797,04)	23.593.352,36
Outras contas a pagar	(148.869,76)	-
Adiantamento de clientes	172.360,30	-
Provisões	(119.080,91)	559.545,34
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(17.218.340,21)	53.225.915,06

Fluxo de Caixa Investimentos	2014	2013
Aquisição de imobilizado	(2.655.102,85)	(696.397,59)
Aquisição de intangível	(3.904.060,85)	(45.104,00)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	4.274.710,67	(9.217.650,15)
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(2.284.453,03)	(9.959.151,74)

Fluxo de Caixa Financiamentos	2014	2013
Novos Empréstimos		
Amortização de Empréstimos		
Integralização de Capital	30.000.000,00	-
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	30.000.000,00	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	10.497.206,76	43.266.763,32
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	43.573.466,20	306.702,88
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	54.070.672,96	43.573.466,20

4. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

O ISSQN devido pela EGR sobre a prestação de serviços é mensalmente registrado em conta do passivo circulante mas não ocorreu pagamento em 2014 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 8.339.684,76, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 12.111.677,73 referente aos exercícios de 2013 e 2014.

5. Patrimônio Líquido

5.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), dividido em trinta e um milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

6. Remuneração dos Investidores

No exercício de 2014 não serão distribuídos dividendos e juros sobre capital próprio tendo em vista que o resultado foi negativo, com prejuízo R\$ 15.911.153,46 e além deste fato a política da Companhia é aplicar nas rodovias pedagiadas sob sua administração, todos os recursos que arrecada que são provenientes da exploração direta de rodovias, por meio da cobrança de tarifas ou de serviços suplementares relacionados à exploração rodoviária, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, DE 29 DE JUNHO DE 2012 no art. 7.º: "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta

CONTINUAÇÃO

da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

7. Medida Provisória nº 627 - Impactos

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que dentre outras providências, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Com vigência a partir de 2015, mas com opção de adoção antecipada para 2014.

A Administração da Empresa, com base no conhecimento de seus negócios, das operações realizadas e data do início de suas operações considerando sua melhor interpretação do atual texto da referida Medida Provisória, avaliou e concluiu que a implementação, antecipada ou não, das medidas contidas na referida MP, não ocasionaria impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Outrossim, considerando a elevada quantidade de emendas já propostas, o texto original até sua conversão em Lei poderá ser alterado substancialmente, sujeitando possível revisão de nossas atuais conclusões.

8. Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da EGR nos processos judiciais pendentes na data do balanço. A EGR responde por de 144 processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível.

Os processos são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

1. perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
2. perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
3. perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perda Provável		
Processo Judicial Ações Cíveis Reclamações Trabalhistas Ações Tributárias	Nº de Processos 38	Valor R\$ 122.035,90
Total	38	R\$ 122.035,90

Perda Possível		
Processo Judicial Ações Cíveis Reclamações Trabalhistas Ações Tributárias	Nº de Processos 19	Valor R\$ 600.000,00
Total	19	R\$ 600.000,00

Perda Remota		
Processo Judicial Ações Cíveis Reclamações Trabalhistas Ações Tributárias	Nº de Processos 82	Valor R\$ 246.000,00
Total	87	R\$ 22.520.112,01
TOTAL	144	R\$ 23.488.147,91

Obs.: No item Perda Remota - Ações Tributárias está inserido o processo no valor de R\$ 7.956.866,77 já pago, o qual se postula o ressarcimento de IRPJ; No mesmo item consta o processo no valor de R\$ 14.468.329,56 é referente a ISSQN não pago. O valor desta ação no processo de imunidade tributária do ISSQN se dá conforme o levantamento dos valores que deixaram de ser recolhidos até abril de 2014, totalizando R\$ 6.188.680,95 e que somados às prestações vincendas no período de 12 meses, totalizando R\$ 8.279.648,61, chega-se ao valor R\$14.468.329,56

9 - Depósitos Judiciais

Foram realizados depósitos judiciais do processo 5019554-33.2014.404.7100 que pleiteia a imunidade tributária do IRPJ, que totalizam R\$ 3.761.739,60, relativo ao IRPJ dos meses de março, abril e maio de 2014.

Foi feito bloqueio judicial de R\$ 42.741,97 retirado da praça de pedágio de Porto Alegre, em 01.09.2014, realizado no processo nº 077/1.13.0003086-8. O motivo do bloqueio foi a imposição de multa à EGR por suposto descumprimento de decisões judiciais. A multa não se afigurava correta, motivo pelo qual houve recurso sob nº 70061704003, o qual foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, determinando este a devolução dos valores à EGR.

10 - Doação de Bens

Não foram baixados do imobilizado 31 desencarceradores, nºs de patrimônio 5553 a 5583, no valor total de R\$ 1.849.999,71 (Termo de Convênio 81/2013 - Bombeiros) e equipamentos do Termo de Convênio 01/2014 - SAMU no valor de R\$ 1.249.848,00 tendo em vista que os processos de doação encontram-se em trâmites de regularização.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Empresa divulga na nota explicativa 3, a existência de Ativo Imobilizado recebido das concessionárias que não está reconhecido no patrimônio da empresa, em razão de estar em processo de valoração, sendo que como evento subsequente obtivemos o laudo a respeito desses bens, que somam R\$ 4.234.334,51 em 31/12/2014. Conforme descrito na nota explicativa 4, a Empresa registra em seu passivo dívida fiscal com ISSQN, no montante original de R\$ 11.768.482,87, em 31 de dezembro de 2014, sobre as operações das praças de pedágios, matéria que está sendo discutida no âmbito jurídico, quanto à imunidade tributária.

Outros assuntos

Valores Correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 02 de abril de 2014, sem modificação na opinião e com as seguintes ênfases: Conforme descrito na nota explicativa 3, a Empresa aguarda valoração dos bens de uso oriundos de Concessionárias, em 2013, para fins de incorporação ao seu patrimônio contábil, o que ocorrerá após a comissão técnica constituída, implementar o processo avaliatório. Conforme o descrito na nota explicativa 4, a Empresa registra em seu passivo dívida fiscal com diversas Prefeituras Municipais, no montante original de R\$ 3.418.798,11, em 31 de dezembro de 2013, correspondente ao ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, sobre as operações das praças de pedágios, matéria que está sendo discutida no âmbito jurídico, quanto à imunidade tributária.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2015.

MACIEL AUDITORES S/S

CRC/RS 5.460/O-0

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

CRC RS - 71.505/O-3

Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

Contadora CRC/RS 65.932/O -7

Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, todas em comparabilidade ao exercício social de 2013. Da análise procedida, inferiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2014. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos de Administração da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, sendo que, na forma da Lei Federal nº 6404/76, o resultado negativo do exercício será absorvido pelas Reservas de Lucros.

Porto Alegre, 06 de março de 2015.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR

Paulo Cesar Santana Nunes

Conselheiro Presidente

Delmar Henrique Backes

Conselheiro

Vanderlan Frank Carvalho

Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por maioria de votos, do conjunto de Demonstrações Financeiras e, ainda, pela aprovação da Proposta de Destinação dos Lucros e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 06 de março de 2015.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR

Humberto Brandão Canuso

Presidente Secretaria dos Transportes e Mobilidade

Flávio Pompermayer

Secretaria da Fazenda - SEFAZ

José Antônio Voltan Adamoli

Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES

José Carlos Silvano

Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do RS - SETCERGS

Nelson Lídio Nunes

Diretor-Presidente da EGR

Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann

Casa Civil

Mário Rache Freitas

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

Cloralino Soares Severo

Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas do Estado do RGS - ASSURCON

Everton Santos Oltramari

Representante do Governador do Estado do RS

Gilberto Machado de Pinho

Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Irapuan Jorge Teixeira

Federação das Associações dos Municípios do RGS - FAMURS